

O CAMPO EM MOVIMENTO: DESAFIOS E HORIZONTES DO PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

HELGA GAHYVA^{*}
ANA RODRIGUES CAVALCANTI ALVES^{II*}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420250601>

^IProfessora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

^IMestre e doutora em Sociologia, atua como docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). É autora de artigos nas áreas de Pensamento Social no Brasil e Teoria Sociológica e do livro “O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882). E-mail: Helga.gahyva@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4581-7212>

^{II}Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), Brasil

^{II}Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Autora de “Com o suor do trabalho”: uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo” e co-organizadora de “Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro”. E-mail: anarodrigues@ufba.br).

 <https://orcid.org/0000-0001-9121-882X>

Editora responsável: Juliana Marques.

Desde o artigo seminal de Lucia Lippi Oliveira (1999), avolumaram-se balanços críticos apontando para o robustecimento de pesquisas inscritas no campo do pensamento social no Brasil. Esses estudos são forte indicativo do crescimento da área, atestado também pela consolidação de grupos de trabalho nos principais congressos das ciências sociais brasileiras e pela publicação de dossiês em importantes revistas nacionais e internacionais. Se o interesse em interpretar o país remonta ao século XIX, foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX que se iniciou um esforço sistemático de institucionalização do campo, caracterizado por um movimento constante de leituras e releituras de problemas, autores(as) e obras, que garantem a sua vivacidade e atualidade.

Embora a área tenha se caracterizado por mudanças significativas ao longo de sua história, acompanhando viradas epistemológicas e tensionamentos intelectuais e políticos que atravessaram as ciências sociais e humanas, o movimento de releitura constitui um traço marcante de seu desenvolvimento (Schwarz; Botelho, 2011b). Nesse esforço, certas preocupações são abandonadas e outras ganham centralidade, autores(as), obras e tradições intelectuais são reinterpretados(as) e perspectivas alternativas até então silenciadas e invisibilizadas são resgatadas e revistas, tensionando os limites do cânone e sua abertura a novos horizontes críticos.

Orientado por um conjunto de desafios teóricos e políticos, o dossiê “Pensamento Social no Brasil”, ora publicado, busca refletir sobre algumas das mais recentes iniciativas de reinterpretação da produção intelectual conformadoras do campo. Cumpre destacar, a esse respeito, sua acentuada dimensão reflexiva, presente sobretudo nos artigos que compõem a primeira seção deste número temático, voltada a meta-análises dedicadas a refletir sobre as características gerais do campo: principais temas e referências teóricas, esforços classificatórios, abordagens metodológicas e dimensões político-ideológicas.

Abrindo a primeira seção, no artigo “Cronopolítica e pensamento brasileiro: visões do Brasil no início do século XX”, Sergio Tavarolo (Universidade de Brasília – UnB) parte da noção de “cronopolítica” para analisar a dimensão temporal inscrita nos ensaios de interpretação do Brasil publicados nos anos 1910-1920, concentrando-se nas obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Paulo Prado. Segundo o autor, elas constituem vetores ativos de uma cronopolítica dominante, cuja superação passa por uma compreensão da vida moderna como *propriedade emergente de relações inter e intrassocietárias*, estabelecidas duravelmente de modo diverso em nível global, e pela adoção de uma gramática temporal marcada pela multiplicidade semântica.

Já em “O lugar discursivo da formação: a tradição ensaística brasileira e a imaginação pública”, Alfredo César Melo (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) destaca a

dimensão pública assumida pelos ensaios de interpretação do Brasil, voltados a cidadãos-leitores interpelados a discutir os dilemas e as potencialidades do país. Para além do seu caráter teórico, os ensaios históricos produzidos no final do século XIX e na primeira metade do século XX constituem uma linguagem política própria a nações pós-coloniais que se percebem como inacabadas, o que leva o autor a propor a leitura do pensamento social como um ecossistema linguístico-antropológico. De modo semelhante, o problema da difícil construção nacional é retomado em “Da sensação de não ser de todo: arquitetura brasileira, pensamento social e formação nacional”, de Francisco Sales Trajano Filho (Universidade de São Paulo – USP), que aborda as interlocuções entre a arquitetura e o pensamento social, em seus respectivos esforços de construção de uma identidade e cultura brasileiras nas primeiras décadas do século XX.

Na mesma linha de análise metateórica, uma visada mais contemporânea sobre o campo pode ser encontrada em “Linhagens, sequências, regularidades: aventuras no pensamento social e político brasileiro”, de Lucas Trindade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN). O autor discute três abordagens analíticas acerca da produção intelectual reunida sob o campo do pensamento social e político brasileiro, empreendidas por Gildo Marçal Brandão, André Botelho e Sergio Tavolaro. A discussão permite destacar os esforços classificatórios contidos em cada uma das abordagens, cotejando comparativamente seus fundamentos teóricos e conceituais, seus percursos metodológicos e fins intelectuais. Desponta dessa análise a disposição reflexiva – e taxonômica – do campo, bem como sua atualidade teórica, em consonância com categorias e referenciais da teoria social contemporânea.

Fechando a primeira seção, em “Fractured Form: Formation and Deformation in Brazilian Social Thought”, Lucas Amaral de Oliveira (Universidade Federal da Bahia – UFBA) propõe o conceito de um “paradigma da deformação”, definido como uma estrutura de sentimento emergente na cultura intelectual brasileira, que rompe de modo radical com o chamado “paradigma da formação” ao reinscrever a racialidade, a colonialidade e o capitalismo como forças constitutivas – e não residuais – da experiência histórica brasileira. Nessa chave, a própria ideia de formação nacional é reconfigurada, revelando o Brasil como uma “forma fraturada” na qual modernidade e violência colonial se entrelaçam de modo inseparável.

As sucessivas viradas teóricas e epistemológicas, bem como o progressivo descenramento da teoria social nas últimas décadas, têm se refletido de modo significativo no campo do pensamento social no Brasil, favorecendo diversas modalidades de releitura crítica e reconfiguração de seus referenciais (Oliveira; Alves, 2023). Se o campo sempre foi pródigo em reinterpretar seu cânone à luz das questões contemporâneas, discute-se, hoje – talvez mais do que nunca –, a própria noção daquilo que seria uma obra, um(a) autor(a) ou uma

problemática canônica. Trata-se de momento no qual o esforço em perscrutar os *estabelecidos* não raramente tem como contraface a atenção aos(às) *outsiders*.

A partir do conjunto de trabalhos apresentados, é possível observar que Gilberto Freyre permanece uma referência incontornável, como objeto central da análise ou de menções localizadas, de modo a corroborar a análise bibliométrica empreendida por Ellen Cristina Ramos dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), em “A invisibilização de Lélia González no pensamento social brasileiro: reflexões a partir do ensino e da produção bibliográfica da área”. Não por acaso, Freyre figura tanto como protagonista do artigo de Alberto Luiz Schneider (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), “Gilberto Freyre na imprensa: engajamento político e intelectual no golpe e na ditadura militar (1962-1972)”, quanto como imprescindível coadjuvante de “O sebastianismo mestiço de Caetano Veloso: notas sobre textos, mitos e canção popular”, de Rafael Marino (Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – NDD-CEBRAP). Em ambos os casos, percebe-se como leituras originais, mesmo quando dedicadas a autores(as) cujas reflexões conhecem extensa fortuna crítica, são capazes de iluminar aspectos ainda pouco explorados de suas obras. Efeito similar pode ser observado nos artigos de Rodrigo Perez de Oliveira (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Maria Fernanda Lombardi (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp) e Filipe Monteiro (Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG), que revelam facetas até então pouco exploradas de três personagens caros à tradição do pensamento social no Brasil: Eduardo Prado, Azevedo Amaral e Raimundo Nina Rodrigues, respectivamente. “Método histórico e crítica política na historiografia produzida por Eduardo Prado no final do século XIX, Breves considerações sobre Azevedo Amaral e o Almanack Israelita” e “A esfinge de Nina Rodrigues” são apresentados na segunda seção do dossiê, dedicada aos trabalhos que tomam autores(as), obras e outros bens de produção cultural como foco privilegiado da análise.

Mas se o campo não se compõe somente de “estabelecidos”, este número temático reservou espaço também aos(às) *outsiders*. É o caso do artigo de Carolina Moraes Souza (Universidade de Coimbra), “O nacionalismo antilusitano em *O Preconceito de Raça no Brasil*: uma análise narrativa entre espaços de experiência e horizontes de expectativas”, que se dedica a esclarecer os sentidos da lusofobia de Álvaro Bomilcar, intelectual destacado da Primeira República, frequentemente citado nas pesquisas sobre o período, mas cuja obra permanece, até agora, pouco explorada. Já Ricardo Augusto Galdino (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF) e Antônio Brasil Jr. (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), em “Um sacerdote do folclore: a atuação de Manuel Diégues Júnior na imprensa”, resgatam

a contribuição de um personagem de forte presença pública durante meados do século XX. Com sua investigação, os autores trazem à tona certa concepção de ciências sociais que, embora expressiva em seu tempo, acabou posteriormente obscurecida em razão da crescente hegemonia de paradigma alternativo.

A problematização da noção de cânone em um campo que se constituiu, em grande medida, por meio da eleição seletiva de seus “antepassados”, tem promovido, nas últimas décadas, o fortalecimento de agendas de pesquisa que conferem maior centralidade a grupos historicamente subalternizados na sociedade brasileira, assim como o elevado interesse em interpretar a modernidade no Brasil para além da chave do dualismo metodológico. Nessa direção, no já referido “Fractured Form: Formation and Deformation in Brazilian Social Thought”, Lucas Amaral de Oliveira (Universidade Federal da Bahia – UFBA) aborda uma “tradição não tradicional”, composta majoritariamente por intelectuais não brancos, em um exercício de releitura no qual despontam autores(as) tão diversos(as) como Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Ailton Krenak e Denise Ferreira da Silva.

Aliás, sobre Lélia Gonzalez – em sintonia com o resgate contemporâneo de sua obra –, consta, neste dossiê, o artigo anteriormente mencionado, de Ellen Cristina Ramos dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), que examina o apagamento de Gonzalez no campo em tela, comprovado pela sua reduzida presença nos grupos de trabalho sobre pensamento social no Brasil dos principais congressos de ciências sociais do país, bem como nos currículos das disciplinas do curso em diferentes instituições de nível nacional. Em seu esforço para explicitar as razões desse apagamento, a autora mobiliza dados quantitativos e qualitativos, recuperando os temas privilegiados e autores(as) mais referenciados(as), de modo a convergir com aquela propensão meta-analítica tão cara à produção intelectual do campo.

Outros artigos do dossiê retomam o já clássico debate sobre a questão racial sob novos prismas, focalizando as disputas e tensões raciais, sua circulação nos veículos de imprensa e suas reverberações no meio político e literário, em diferentes momentos da história do país. Em “Emancipação, imprensa e o fantasma haitiano no pensamento liberal brasileiro (1821-1822)”, Lidiane Vieira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/Universidade Federal Fluminense – UFF) resgata, por meio da análise de dois periódicos produzidos nos anos 1820, o impacto da principal revolução moderna conduzida por uma população negra sobre a sociedade brasileira da época. Wesley Luiz de Azevedo Dias (Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-IUPERJ), por sua vez, em “Estado Novo, imigração e raça: a revista Cultura Política e as interpretações do regime sobre o dilema do estrangeiro”, debate as visões

sobre a imigração e os estrangeiros produzidas nas páginas da revista *Cultura Política* durante o Estado Novo. “Pretos letrados sob o Império Brasileiro”, colaboração especial de Maria Alice Rezende de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO) – apresentada ao final deste número –, discute, por fim, as relações – e desilusões – de três intelectuais negros – André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto –, cujas trajetórias biográficas foram marcadas pelo movimento de dissolução do edifício imperial e a posterior conformação da ordem republicana.

Cumprе destacar, contudo, que, a despeito do crescente interesse pela “reabilitação” de intérpretes do Brasil até então invisibilizados(as), da adoção de novos referenciais e abordagens analíticas, indicativos de certa ampliação do campo, e do papel de destaque de uma geração de pesquisadoras vinculadas ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) na conformação da área (Bastos, 2003), a presença masculina é ainda hegemônica. Sintoma do fenômeno foi a reduzida submissão de artigos de autoria feminina a este dossiê. Igualmente sob o prisma racial, a participação de pesquisadores(as) negros(as) foi baixa, refletindo as assimetrias ainda presentes no campo do pensamento social no Brasil. Isso nos leva a afirmar que os desafios à “democratização” e “descolonização”, assumidos como eixos do dossiê, devem ser encarados como objeto de análise – como sugerem alguns e algumas de nossos(as) interlocutores(as) na entrevista “Do cânone à contestação: visões do pensamento social no Brasil”, apresentada ao final do dossiê.

Além disso, a história do pensamento social no Brasil e seu progressivo processo de institucionalização têm sido contados, sobretudo, a partir do eixo Rio-São Paulo. Os principais grupos de trabalho no campo são constituídos, majoritariamente, por pesquisadores(as) vinculados(as) a instituições da região Sudeste, reforçando a concentração regional, com rebatimento direto nos problemas e abordagens analíticas elencadas no debate. Não obstante essa distribuição geográfica desigual, é possível destacar a expansão da área em nível nacional, atestada pela emergência de grupos de pesquisa constituídos por pesquisadores(as) das diversas regiões do país. Esta proposta visou, portanto, contribuir para a pluralização regional do campo, acolhendo trabalhos de pesquisadores(as) vinculados(as) a diferentes instituições do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste¹.

Tal descentralização pode favorecer a emergência de novos olhares, problemáticas, recortes empíricos e deslocamentos analíticos. No artigo “Das ‘excelências plásticas’ às ‘virtudes da raça’: teorias raciológicas na literatura de José Américo de Almeida dos anos 1920”, Luiz Mário Dantas Burity (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB) aborda a aclimatação de teorias raciológicas na obra de José Américo de Almeida, permitindo antever

os princípios de uma produção intelectual de orientação modernista no estado da Paraíba naquele período, preocupada com a formação racial do país, mas também com a análise sociológica das causas da seca e das desigualdades que acometem a região, de cunho fundamentalmente político no olhar do escritor paraibano.

Além disso, também buscamos promover o diálogo com as diversas áreas que contribuem para a construção de conhecimento sobre a vida intelectual no país e sobre suas condições de produção, transmissão, difusão e recepção nos mais variados espaços da sociedade. Tal empreitada se justifica sobretudo porque, não obstante o caráter interdisciplinar desse campo, observa-se, nos últimos anos, uma hegemonia crescente das ciências sociais – notadamente da sociologia (Brasil Jr.; Jackson; Paiva, 2020). Nesse sentido, este dossiê acolheu artigos provenientes das áreas de arquitetura e urbanismo, ciência política, história, sociologia e teoria literária, demonstrando como o estudo do pensamento social no Brasil pode se enriquecer a partir de uma produção efetivamente interdisciplinar.

A pluralidade advinda das contribuições teóricas, epistemológicas, metodológicas e empíricas de diferentes disciplinas também orientou a seleção dos(as) seis pesquisadores(as) convidados(as) para compor a entrevista “Do cânone à contestação: visões do Pensamento Social no Brasil”. Os(as) autores(as) convidados(as) refletem sobre os distintos modos de produzir, pesquisar e ensinar o pensamento social e político brasileiro, desde a perspectiva da história, da sociologia e da ciência política. As respostas ali coligidas confirmam sua vocação para a interdisciplinaridade.

Por fim, o desafio de internacionalização do campo do pensamento social no Brasil também estruturou a proposta deste dossiê. Os balanços críticos apontam o relativo “insulamento” da área em relação aos processos de internacionalização disciplinar, ensejado pela própria natureza de seu objeto de análise, *grosso modo*, a interpretação da vida social e intelectual no Brasil. Outras razões estariam relacionadas às dificuldades de ir além do paradigma nacional e de questionar o cânone brasileiro. Apesar disso, tais balanços evidenciam, também – especialmente os mais recentes –, crescentes parcerias entre pesquisadores(as) brasileiros(as) e internacionais, com destaque para estudos comparativos com países do Sul Global (Maia, 2021).

Nesse sentido, um dos caminhos aventados nas análises é o de inserir a produção intelectual brasileira em uma história transnacional das ideias, destacando, de um lado, a circulação de repertórios e, de outro, as possíveis convergências teóricas dessa produção com aquelas desenvolvidas em outros contextos intelectuais periféricos (Maia, 2011) – o que permite ir além das tensões e disputas internas ao campo. É possível destacar, igualmente, a consolidação de

redes de cooperação intelectual, organizadas a partir de outros contextos, como demonstram publicações e congressos realizados por brasilianistas e latino-americanistas mundo afora.

Tal desafio foi abordado no espaço do dossiê, sobretudo por meio da entrevista supracitada, propiciando um debate que sugere, entre outras coisas, que tal orientação não deve ser tomada como imposição exógena e verticalizada, nem como “via de mão única”, sob o risco de acentuar as assimetrias já demarcadas por uma geopolítica do conhecimento. Em contrapartida, os(as) entrevistados(as) apresentam caminhos alternativos, a partir dos quais a internacionalização pode despontar como fonte de renovação teórica e empírica da área.

Orientado por esses eixos – democratização e descolonização da área, descentralização regional, reafirmação da interdisciplinaridade e internacionalização –, este dossiê constitui um convite à reflexão sobre os desafios e possibilidades colocadas tanto ao pensamento social no Brasil quanto aos rumos da sociedade brasileira nesta quadra do século XXI. Boa leitura!

NOTAS

1 Apesar da existência de reconhecida tradição de estudos sobre Pensamento Social no Brasil que reúne pesquisadores(as) de diferentes instituições da região Norte do país, voltada, entre outras questões, à reflexão sobre a construção da Amazônia no imaginário nacional (Pinto *et al.*, 2007), este dossiê não recebeu trabalhos da referida região. De modo semelhante, não foi possível contar com a participação de pesquisadores(as) vinculados(as) a essa tradição na entrevista coletiva realizada.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Elide Rugai. O CPDOC e o pensamento social brasileiro. *In: CAMARGO, Célia et al. CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p. 97-119.
- BRASIL JR., Antônio; JACKSON, Luiz Carlos; PAIVA, Marcelo. O pequeno grande mundo do pensamento social no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 91, p. 1-38, 2020.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do Pensamento Social Brasileiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 2, 2011.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. O pensamento social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, 2021, p. 509-534.
- OLIVEIRA, Lucas A.; ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Relendo a teoria sociológica brasileira à luz da crítica pós-colonial. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 38, n. 1, 2023.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. *In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré: Anpocs, 1999. v. 2, p. 147-81.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas *et al.* (org.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Edua, 2007.

SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, São Paulo, v. 82, 2011a.

SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, v. 82, 2011b.